



MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

**11^a REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO BANCO DE
PREÇOS EM SAÚDE (CT/BPS)**

ATA

31 de março de 2016, Brasília/DF

A reunião teve início com uma breve apresentação de dois membros que estavam pela primeira vez participando da reunião: a Sra. Eliane Cunha, do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), e o Sr. Gustavo Andreoli, do Departamento de Logística do Ministério da Saúde (DLOG). Após as apresentações, o Coordenador do Banco de Preços em Saúde (BPS), Sr. Marcelo Castro, explicou que haveria uma alteração na ordem das pautas da reunião, de forma que, primeiramente, seria feita a apresentação da nova funcionalidade do BPS

1. Apresentação da nova funcionalidade do BPS: Incorporação dos preços regulados pela Câmara do Mercado de Medicamentos (CMED) no sistema.

O Sr. Álvaro Ribeiro apresentou a nova funcionalidade, mostrando como será a inserção de informações de compra pelos usuários no novo layout do sistema. Foram mostrados dois exemplos de inserção e informado que, para segurança, uma vez que as informações de preços forem gravadas, o usuário não poderá excluí-la. Isso foi definido para evitar que o usuário exclua as informações inseridas ao notar que seu preço está acima do preço da tabela CMED. Caso o usuário queira fazer modificação no preço cadastrado, será necessário justificar o motivo para o gestor do sistema.

Após feito o cadastro de sua compra, o usuário tem acesso a um relatório com seu histórico e com uma comparação entre o preço praticado por ele e o preço regulado da tabela CMED. A princípio, o usuário terá acesso apenas às informações da sua instituição, ao passo que o gestor do sistema terá acesso a todas as informações cadastradas por todos os usuários.

Com isso, a comparação de preços de medicamentos do BPS passa a ser o preço regulado pela ANVISA. Para os medicamentos que não possuírem registro produtos para saúde que não possuem preços regulados pela CMED o sistema fará a comparação com a média ponderada, que já é calculada automaticamente.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

Foi explicado que a alteração do layout ainda não foi disponibilizada para produção, pois foram necessários alguns ajustes, especialmente na planilha de importação: atualmente diversos usuários alimentam o BPS usando o recurso da planilha excel, que possibilita o preenchimento off-line das informações da compra e posterior upload da mesma para o BPS, sendo um recurso alternativo importante para muitos usuários. Com o novo layout, foi preciso adaptar a planilha de importação e para que esses usuários não ficassem desassistidos, a equipe decidiu aguardar o ajuste da planilha para posteriormente colocar em produção a nova ferramenta.

A previsão dada para que o novo relatório e o novo layout com informações da CMED fossem disponibilizados aos usuários foi final do mês de abril do corrente ano.

2. Informe sobre a situação de interoperação entre o BPS e sistemas das Secretarias Estaduais de Saúde

Aproveitando a participação do Sr. Álvaro, houve nova alteração de ordem da pauta, passando para o 4º tópico a fim de informar sobre o status da interoperação com a SES/SP. Está agendada uma videoconferência com a SES/SP para alinhar a última etapa da interoperação. O Sr. Álvaro informou que, nesse processo de interoperação, deve ficar claro que a outra ponta, no caso a SES, também precisa ter condições tecnológicas para que o processo de interoperação seja bem sucedido.

A expectativa é de que no final de 2016 a SES/SP já estará interoperando com o BPS.

3. Institucionalização do BPS

O coordenador do BPS, Marcelo Castro, iniciou uma apresentação da evolução do BPS nos últimos anos e falou sobre o desejo de tornar o sistema BPS uma ferramenta de uso obrigatório pelos gestores estaduais e municipais.

O Sr. Oswaldo Barbosa (AMPASA) lembrou que essa discussão também ocorreu em 2014, quando foi instituída a CT/BPS e, na época, a pauta foi postergada para que fosse dada prioridade a questões técnicas e operacionais do sistema. Ele



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

acredita, porém, que tais questões parecem estar resolvidas, de modo que é possível retomar a discussão.

Seguindo na apresentação, Marcelo explicou que o diretor do DESID, junto com o Secretário Executivo, considera o BPS uma importante ferramenta de gestão que deve ser amplamente utilizada, especialmente no momento atual, em que muito se discute a questão da gestão adequada de gastos públicos.

O Sr. Carlos Eduardo Sousa (DESID) lembrou que a palavra “institucionalização” traz um sentido de fortalecimento e que é preciso definir qual estratégia será utilizada para viabilizar a institucionalização do BPS.

Foi questionado pelo Sr. Oswaldo se a pauta já havia sido discutida em reuniões da Comissão Intergestores Tripartite – CIT. A Sra. Carla, advogada do DESID, lembrou que, em 2011, por conta de uma resposta que precisou ser dada ao Tribunal de Contas da União, discutiu-se na CIT a imposição da obrigatoriedade de uso do BPS pelos estados e municípios.

A Sra. Blenda Pereira, representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), confirmou que a utilização do BPS não é uma pauta em discussão na CIT atualmente.

Foi lembrado pelo Sr. Oswaldo que essa proposta influencia na gestão do poder executivo, sendo essa uma questão mais complexa em comparação com o SIOPS, que disponibiliza informações que são obrigatórias por lei. Também reforçou que é preciso levar a pauta para a CIT.

A Sr. Blenda seguiu sua fala lembrando que a conjuntura está favorável para introdução do BPS, tendo em vista as constantes discussões acerca da melhoria na gestão e governança. Destacou, porém, que é preciso ter uma estratégia consolidada para inserir a pauta na CIT. É importante ter apoio de atores com boa influência, tais como representantes da SGEP e do CONASS.

Também informou que existe uma expectativa de que nas eleições municipais ocorra a substituição de 3.000 prefeitos por novos gestores que não possuem experiência de gestão municipal e, nesse contexto, a inserção da discussão da institucionalização do BPS deve ocorrer desde já.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

Seguiu-se uma longa discussão sobre o assunto entre os representantes do CONASEMS, AMPASA e DENASUS e também representantes do BPS/DESID.

O Sr. Elton (CONASEMS) informou que, antes de chegar para a reunião da CT/BPS, estava acompanhando a reunião da CIT, em que foi aprovada uma base de dados nacional, que irá interoperar com os sistemas dos estados e municípios, após dois anos de discussões sobre a implementação ou não dessa base. A base irá contemplar os dados do HORUS, que já interopera com 800 municípios do país, e outros sistemas de informações, podendo abranger o BPS se houver uma estratégia correta de diálogo.

Em meio a uma discussão sobre a compatibilização entre essa base de dados nacional e o BPS, a Sra. Blenda sugeriu que as áreas do MS responsáveis pelos sistemas (DESID/SE e DAF/SCTIE) conversassem sobre essa possibilidade.

Houve consenso de que, nesse momento, a institucionalização será abordada no sentido de sensibilizar os usuários na utilização do sistema.

Foi sugerido pelo Sr. Oswaldo que a CT/BPS fizesse um encaminhamento à CIT para que o BPS voltasse à pauta de discussão.

4. Distribuição e estratégia de divulgação do Manual de Consulta e Análise de Preços utilizando o BPS

Foi apresentado o Manual e informado que o mesmo será distribuído para instituições pré-definidas. O mesmo também está disponível para download no site do BPS, no formato pdf.

O Sr. Oswaldo irá divulgar o manual para os escritórios regionais do Ministério Público.

Informes gerais:

Está finalizada a Nota de Esclarecimento que ficou pendente de elaboração pela equipe do BPS na última reunião e já pode ser divulgada pelo CONASEMS.

Foi informado que se encontram disponibilizadas no website do BPS as Atas de Reunião da CT/BPS, bem como as listas de presença. As Atas de todas as reuniões serão disponibilizadas, após aprovação das mesmas pelos membros da CT/BPS.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

Encaminhamentos:

- A equipe do BPS fará, em parceria com o CONASEMS, um vídeo de apresentação do sistema BPS que será divulgado para os municípios pelo Conselho;
- O MPF irá orientar os representantes locais sobre a forma de recomendação via Ofício da utilização do BPS, que não deve obrigar os municípios a utilizar os preços do BPS, apenas orientar na utilização com inserção de informações de compras;
- Enviar aos membros da CT/BPS a Nota Técnica elaborada pelo BPS acerca da institucionalização do sistema, que será analisada pelos membros e posteriormente discutida em reunião extraordinária convocada com esse objetivo;
- Verificar a viabilidade de compatibilização das informações necessárias ao BPS com a base de dados nacional recentemente pactuada na CIT; e
- Levar a questão de institucionalização do BPS para a CIT.